Capítulo 68

A crise do Antigo Regime: a Santa Aliança e a independência das colônias

Assim que o Império Napoleônico ruiu, as grandes potências se reuniram no *Congresso de Viena* para reorganizar o mapa político da Europa. Surgiu a *Santa Aliança*, organização que tinha por objetivo conter a difusão da revolução liberal (burguesa), semeada por Napoleão.

Espanha e Portugal faziam parte do acordo, por isso a Santa Aliança tinha o direito de intervir nas colônias desses países caso elas tentassem libertar-se. Na própria Europa, os exércitos internacionais da organização contiveram numerosas rebeliões.

1. Principais decisões

Antes mesmo da reunião, as potências aliadas vencedoras assinaram importantes tratados, como os dois tratados de Paris, impostos a Luís XVIII, e os tratados coloniais entre Inglaterra e Holanda.

O Congresso de Viena se reuniu de setembro de 1814, depois da primeira abdicação de Napoleão, a junho de 1815. O ambiente era de satisfação pela vitória sobre as forças revolucionárias. As grandes potências (Rússia, Áustria, Inglaterra e Prússia) tomaram as decisões representadas por seus chefes ou por ministros plenipotenciários. A figura mais importante ali era Metternich, da Áustria.

As discórdias decorrentes dos interesses em jogo facilitaram o trabalho do ministro francês Talleyrand. Dentre os princípios gerais propostos, impôs-se o de *legitimidade*, sugerido por ele e defendido pelos ingleses e austríacos: cada país deveria voltar a ter os limites de antes de 1789. Essa busca do *equilíbrio* entre as principais potências orientou as decisões, o que favoreceu a França.

O mapa da Europa e das colônias mudou bastante. A Inglaterra garantiu sua supremacia nos mares, graças à anexação de pontos estratégicos no Mediterrâneo, no caminho das Índias e nas Antilhas. A Bélgica, dominada pela França, foi ligada à Holanda para evitar uma ação francesa sobre o porto belga de Antuérpia. A Rússia recebeu parte da Polônia, a Finlândia e a Bessarábia. À Prússia coube grande parte da região do Reno, na Alemanha. A Áustria recebeu a Lombardia e Veneza, além da supremacia política sobre a Itália.

O Tratado de Paris impôs à França o pagamento de uma indenização de guerra e a ocupação de seu território por um exército de aliados pago por ela. Suas fronteiras permaneceram, de modo geral, as mesmas do Antigo Regime.

2. Origem e finalidade

A proposta da Santa Aliança partiu do czar (ou tzar: imperador) da Rússia, Alexandre I. Ele, o imperador da Áustria e o rei da Prússia assinaram esse tratado em 26 de setembro de 1815, "em nome da Santíssima Trindade"; e, "segundo as regras da caridade cristã", prometeram ajuda mútua. A França aderiu. Mas foi o príncipe austríaco Metternich quem deu as diretrizes da Santa Aliança — em última análise, um instrumento da reação européia para manter a França sob vigilância, reprimir movimentos revolucionários e liberais na Europa e abafar todo movimento separatista (de independência) ou nacional.

Em 1818, o primeiro Congresso da Santa Aliança decidiu retirar as tropas de ocupação da França. Não era sinal de afrouxamento. Pouco depois, quando uma associação de estudantes alemães provocou distúrbios durante as comemorações do terceiro centenário da Reforma, a repressão se abateu com violência. As universidades foram vigiadas, as sociedades nacionalistas combatidas e os jornais censurados.

Em 1820, posições liberais de militares contrários ao absolutismo na Espanha e no Reino das Duas Sicílias insuflaram uma revolta, que culminou com a imposição de uma Constituição aos dois reis. Fernando VII, da Espanha, e seu primo Fernando I, das Duas Sicílias, fingiram aceitar mas recorreram à Santa Aliança. Uma expedição militar, em 1823, pôs fim à revolta constitucionalista e restituiu Fernando VII como monarca absoluto.

Este foi o último êxito da Santa Aliança, pois

por volta de 1820 seu poder já se esfumava. Não conseguiu abafar a rebelião dos gregos contra os turcos (1821-1827) nem a independência das colônias da América do Sul (1810-1824). Ficou desmoralizada.

3. As colônias se separam

A independência das colônias latino-americanas deve ser entendida como parte da crise do Antigo Regime e, sobretudo, da crise do sistema colonial, que havia sofrido o primeiro abalo com a Independência dos Estados Unidos. Três elementos fundamentais se conjugaram para precipitar o processo: a *Revolução Industrial* inglesa, que impunha a busca de mercados consumidores e, portanto, a destruição dos monopólios, peças essenciais do sistema colonial; a *ruptura do equilíbrio político* europeu resultante das guerras da Revolução Francesa e do Império Napoleônico, que levaram a Inglaterra a apoiar os movimentos de independência como forma de golpear os franceses; e o *desenvolvimento das colônias*, que passou a entrar em choque com os entraves da política mercantilista e do sistema colonial.

Portugal e Espanha, baseados no mercantilismo, buscavam desenvolver as metrópoles à custa da matéria-prima das colônias; tal política só permitia a produção colonial que não concorresse com a européia; e, pelo *Pacto Colonial*, o comércio com cada colônia era monopólio de sua metrópole.

Apesar da tirania das metrópoles, as colônias progrediam. O contrabando prosperava, pois os barcos ingleses vendiam mais barato que portugueses e espanhóis. Ao criar universidades e liberar o comércio nas colônias, Carlos III (rei da Espanha de 1759 a 1788) estimulou o desenvolvimento delas e o anseio de libertação. Situação semelhante ocorreria mais tarde no Brasil, com a presença do rei português João VI na capital da colônia.

As primeiras manifestações nem sempre tinham caráter separatista. Exprimiam o descontentamento dos colonos com os abusos da metropole, sua oposição à política mercantilista e sua busca de liberdade econômica.

O exemplo norte-americano, a influência dos iluministas e a brusca mudança na situação política internacional trazida por Napoleão propiciaram a separação das outras colônias. Quando ele rompeu o equilíbrio europeu e invadiu a Península Ibérica, a família real portuguesa mudou-se para o Brasil, em 1808; e o rei Fernando VII foi substituído por um irmão de Napoleão.

As reformas administrativas, políticas e econômicas empreendidas por D. João VI acentuaram o desenvolvimento do país e tornaram possível sua independência por meios pacíficos em 1822. A presença de João VI também manteve a unidade territorial da imensa colônia, evitando que movimentos diversos a dividissem em várias nações.

Nas colônias espanholas, a situação foi diferente. No século XIX, os colonos iniciaram uma rebelião, mas contra a invasão napoleônica na Espanha; os revoltosos achavam que a metrópole não teria condições de dominar a sublevação. Enganaram-se. A metrópole reagiu e começaram as guerras de independência.

No Vice-Reino de Nova Espanha (México), surgiram as primeiras tentativas. Em 1811, o padre Hidalgo tentou proclamar a independência mas falhou. Nova tentativa em 1813 custou-lhe a vida: foi executado. Em 1820, o general Itúrbide teve sucesso e proclamou-se imperador, como Agostinho I; em 1823 abdicou e foi fuzilado. O México então se tornou uma república federal.

Outras regiões latino-americanas logo seguiram o exemplo. Do Vice-Reino de Nova Granada surgiram Venezuela, Colômbia e Equador. Francisco Miranda proclamou a Independência da Venezuela, mas foi derrotado a seguir. Foi Simon Bolívar quem libertou o país em 1813; e, em 1819, venceu os espanhóis na Colômbia. Com o general Sucre, Bolívar libertou o Equador em 1822.

Do Vice-Reino do Peru surgiram mais três países: Peru, Chile e Bolívia. No Chile, O'Higgins iniciou o movimento separatista em 1808. Ele e San Martín, da Argentina, prepararam o Exército dos Andes. Em 1817, o Chile foi libertado e O'Higgins feito presidente. San Martín libertou o Peru em 1821, com ajuda do mercenário inglês Lorde Cochrane, que venceu os espanhóis no mar. A Bolívia desmembrou-se do Peru, com Sucre, em 1825.

A Independência do Vice-Reino do Prata deu origem a mais três países: Argentina, Uruguai e Paraguai. Na Argentina, deposto o vice-rei, uma

junta provisória se constituiu e seguiram-se lutas entre republicanos e monarquistas. Em 1816, o Congresso de Tucumã proclamou a República das Províncias Unidas do Rio da Prata. O Paraguai libertou-se sem guerras em 1811, num movimento liderado por Yegros e José Francia. O Uruguai, invadido pelo Brasil em 1816, só se tornou independente em 1828.

O rei espanhol Fernando VII chegou a pedir ajuda à Santa Aliança. Mas Estados Unidos e Inglaterra se opuseram à intervenção e reconheceram a independência das colônias — os Estados Unidos, por causa da Doutrina Monroe ("*A América para os americanos*"); a Inglaterra, porque os novos países representavam mercado seguro para seus produtos.

Sem ajuda da Santa Aliança, o domínio da Espanha na América chegou ao fim. O mesmo destino foi reservado a Portugal, como vamos ver a seguir.

Questões propostas

1. O que provocou o Congresso de Viena? Resuma.

2. O que o Tratado de Paris impôs à França?

3. Que fim teve a Santa Aliança?

4. Que caráter tinham as primeiras manifestações nas colônias da América?

5. Estabeleça a diferença entre o caminho para a independência no Brasil e nas colônias espanholas.

6. Por que a Santa Aliança não pôde intervir contra os revoltosos que pediam independência na América?

Proclamação da independência da Venezuela em julho de 1811, com Francisco de Miranda à frente da nova república.